

MOBILIDADE SOCIAL E QUESTÃO TERRITORIAL: MAIS QUE UM IR E VIR*

Rosemeire ALMEIDA**

Resumo: Pretendemos, a partir dos relatos dos ribeirinhos de Ilha Comprida/MS, contribuir na discussão da migração e do território sob a ótica do migrante para “[...] ousar desafiar o que há por trás da famosa liberdade de ir e vir, instaurada como conquista fundamental e um dos mitos da sociedade burguesa” (VAINER, 1996, p. 05). Em meio à complexidade das condições de mobilidade e imobilidade, ousamos valorizar como fonte de reflexão para o estudo da migração os relatos de vida dos ribeirinhos de Ilha Comprida, acreditando que esses relatos não podem ser analisados como fontes individuais, um deslocamento fruto de um projeto de vida particular. Na verdade a presente contradição da mobilidade e imobilidade revela uma história comum que se expressa no dito, mas também no não-dito, nos silêncios, no choro.

Palavras-chave: ribeirinhos; migração; território; identidade.

Resumen: Pretendimos, a partir de los relatos dos ribeirinhos de Ilha Comprida/MS, subscribir en la discusión de la migración y del territorio sob la ótica do migrante para “[...] osar provocar el que habrá por detrás da célebre libertad de ir y venir, instaurada como conquista fundamental y uno de las mitos de la sociedad burguesa” (VAINER, 1996, p. 05). En medio la complejidad de las condiciones de movilidad y inmovilidad, osamos valorizar como fuente de reflexión para el estudio

*Este artigo é produto das reflexões realizadas na disciplina “Migrações e Dinâmicas Territoriais nos Processos de Modernização”, sob responsabilidade do Prof. Dr. Heinz Dietrich Heidemann e faz referência a nossa participação no projeto de extensão “Impactos Sociais em Populações Atingidas por Barragens: Um Estudo de Caso dos Ribeirinhos de Ilha Comprida/MS”.

**Professora Assistente do curso de Geografia DCH/CEUL/UFMS e Doutoranda na UNESP/Aracatuba. E-mail: raalm@ceul.ufms.br

da migração los relatos de vida dos ribeirinhos de Ilha Comprida creyendo, que esos relatos, no pueden ser analizados como fuentes individuales, un dislocación fruto de un proyecto de vida particular. En la verdad la presente contradicción da movilidad y inmovilidad revela una anales frecuente que expresa en el dicho pero también en el no dicho, en las silencias, en el lloro.

Palabras-clave: ribeirinhos; migración; territorio; identidad.

1. INTRODUÇÃO

[...] aquelas narrativas eram acima de tudo crítica a uma sociedade que não reconhece nos pobres, nos trabalhadores, nos imigrantes e migrantes, enfim, nos homens simples, a condição de protagonistas da História, com o direito claro de reivindicar nela lugar e reconhecimento e, sobretudo, participação na definição de seus rumos (MARTINS, 2000, p. 135).

Objetiva-se neste artigo, a partir da metodologia da História Oral Temática, desvendar a rede de significações sociais que a terra representou para os ribeirinhos de Ilha Comprida/MS, impactados pela construção da UHE Porto Primavera e em fase de migração a serem reassentados no município de Três Lagoas/MS, especificamente no Projeto Piaba. O processo de ocupação de uma das maiores ilhas do rio Paraná, no trecho Três Lagoas/MS, a Ilha Comprida, ocorreu efetivamente na década de 1970, consequência da expulsão que os ilhéus foram submetidos no auge de consolidação do modelo de modernização da agricultura e, por conseguinte, da aliança terra-capital. Entrementes, o ciclo de expulsão desta população de posseiros, arrendatários e pequenos proprietários tivera um novo capítulo nos idos de 1982/1983 quando as enchentes do rio Paraná provocaram um significativo esvaziamento populacional da Ilha em questão. A partir deste período a Ilha também passou a receber, em lugar da população expulsa do continente, o gado dos fazendeiros da

região. A respeito da ocupação da Ilha Comprida vejamos o relato de Sidney¹.

Eu vim de Andradina [Estado de São Paulo] com dois anos, já está com 25 anos que eu estou aqui [Ilha Comprida/MS]. Já está com 25 anos que eu vim morar nesta região. É uma vida inteira aqui. Quando eu cheguei aqui eu era molequinho, quando eu mudei pra cá ainda funcionava aquela balsa que atravessava carro, caminhão, para cá. Quando mudei era tudo colônia, de 1983 para cá é que foi acabando tudo, conforme as enchentes... [silêncio]. Em 83 foi onde praticamente acabou tudo, a maioria do povo desistiu e foi embora, foi onde pode se dizer que acabou mesmo. Não é que nem dizer que a gente entrou ontem aqui, bem dizer a gente viu essa Ilha crescer e viu ela acabar também. Saiu quase todo mundo e os fazendeiros foram comprando os sítios de quem foi deixando para traz, foi virando tudo fazenda. Aqui viveu muita gente. Antes isso aqui era uma casa em cima da outra, a cada 500 metros tinha uma casa com família, isso aqui era um movimento muito grande e aí conforme vieram as enchentes da barragem, foi acabando com tudo, agora só resta mesmo os fazendeiros, porque sitiante aqui resta muito pouco, agora é só fazendeiro.

No trabalho de campo, dezessete famílias que ainda encontramos e que representam memórias e práticas vivas da luta de resistência ao vul e vem constante das águas e ao circuito migratório que está no seu interior, nos falaram de um tempo passado de conquistas e de segurança, em que a terra mãe, território reconhecido e demarcado, materialização das relações sociais, era refúgio para todos os males. Frente a isso relataram também o tempo presente como vivido pelas incertezas frente às mudanças, à perda da terra de trabalho e, portanto, do território da resistência.

¹ Ribeirinho morador de Ilha Comprida/MS. Entrevista realizada no dia 30/10/1999.

2. O PROJETO DA USINA HIDRELÉTRICA PORTO PRIMAVERA

Primeiramente, torna-se necessário tecer algumas considerações sobre o contexto da construção da usina hidrelétrica Porto Primavera, sobretudo na década de 1980 para que possamos entender as transformações as quais estão submetidos os ribeirinhos de Ilha Comprida/MS.

O programa de construção da Usina Hidrelétrica de Porto Primavera, no rio Paraná, teve início no final dos anos de 1970 e foi norteador por determinantes provenientes de uma política desenvolvimentista cujo principal objetivo era a integração econômica da região à dinâmica do restante da economia nacional, propósito substanciado por meio da implantação e melhoria dos serviços, equipamentos e infra-estrutura regionais.

A área de terras e benfeitorias declarada como necessária para a formação do reservatório da Usina Hidrelétrica Porto Primavera perfaz um total de 240.893,22 hectares, e abrange terras de 16 municípios e demais Ilhas do rio Paraná, sendo cinco destes municípios do lado sul-mato-grossense. Depois de um longo período de paralisação e de um aumento considerável de seus custos (fala-se em 10 bilhões de reais) a UHE Porto Primavera, atualmente (re) inaugurada como UHE Sérgio Motta, recebeu no último ano mais duas turbinas somando-se nove das 18 planejadas e chegando a tão propagada produção de 900 MW médios de energia, um dos motivos de sua idealização há vinte anos atrás².

Em 1994, teve início o trabalho de cadastro de terras e benfeitorias das propriedades atingidas pela UHE Porto Primavera. As aquisições seguiram o curso das águas e engenharia, isto é, de jusante para montante, iniciando-se no lado sul-mato-grossense pelo município de Anaurilândia e finalizando-se no município de Três Lagoas. Por conseguinte, é somente no ano de 1999 que os ilhéus de Ilha Comprida enfrentam efetivamente

² Informações obtidas por meio de pesquisa no arquivo do jornal Folha de S. Paulo/ 2000.

o vaga da transferência, embora fosse de longa data as certezas e incertezas da partida como nos relata Sr. Alfredo³.

Faz mais de dez anos que a gente sabe que vai ser desapropriado [pausa]. O povo fica meio doido, eu já falei que eu não vou mais atrás disso, se eles quiserem me tirar vão ter que vir aqui, mas mesmo vindo aqui eu vou dar muito trabalho pra eles ainda, a não ser que eles me tirem na marra [...].

As demais populações atingidas economicamente pela formação do reservatório são: o setor de extração de areia e cascalho; setor cerâmico oleiro; atividade pesqueira e o setor de turismo.

Neste contexto de idealização e realização é interessante lembrar que o setor elétrico enfrentou, na segunda metade dos anos 1980, uma das suas fases mais difíceis tendo como consequência uma diminuição dos investimentos que levou a postergar a conclusão de várias hidrelétricas, inclusive a UHE Porto Primavera.

Esse desaquecimento de investimentos em parte deveu-se à crise da década de 1980 que assolou a economia brasileira, mas também às mudanças e conquistas da sociedade civil, dentre elas, o fim do período ditatorial e a promulgação da nova Constituição Federal que lhe deu maiores poderes de controle.

Destarte, as questões sócio-ambientais, em especial o tratamento dado às populações atingidas pela construção das usinas hidrelétricas, passou por mudanças e questionamentos, em que - ao menos no plano teórico - houve a superação da visão meramente tecnicista segundo a qual a questão populacional era apenas um problema jurídico-formal.

Tendo em vista esse novo direcionamento, a CESP inicia nos anos de 1980 a primeira experiência de reassentamento exclusivamente conduzida pelo setor elétrico, o projeto Lagoa São Paulo, no município de Presidente Venceslau/SP, visando assim remanejar populações

³ Ribeirinho morador de Ilha Comprida/MS. Entrevista realizada no dia 25/09/1999.

afetadas por seus empreendimentos. Contudo, a questão não se resume a um "melhor tratamento às populações atingidas", há que se pensar nestes homens e mulheres comuns como portadores de uma história, enraizados em um território, onde o seu lugar, o seu estar, encontram-se intrinsecamente relacionados com o ser social. Deslocados, remanejados, reassentados, são agora reconhecidos a partir de uma nova história como se fosse possível começar do nada, esquecer o *habitus*⁴ e as implicações que as disposições anteriores introduzem no agora. Mais que uma questão demográfica a problemática dos sujeitos atingidos por barragens implica relações socioterritoriais mediadas pelo poder daqueles que podem mandar e daqueles que precisam resistir.

Ainda sobre a relação do órgão empreendedor com as populações atingidas, é sintomático destacar que a perspectiva apresentada, no tocante aos objetivos a serem atingidos no deslocamento e conseqüente reassentamento das famílias, parte do pressuposto da transformação do modo de vida destes sujeitos em reassentados, sob condições diversas da que viviam, proposta no mínimo arbitrária.

A alternativa de reassentamento não se limita a repor ou mitigar perdas e danos, mas sim modificar substancialmente a situação patrimonial e condições produtivas do pequeno produtor rural que reside e/ou explora áreas que serão inviabilizadas pelo empreendimento (CESP, 1994, p. 318).

Nesta mesma perspectiva de análise podemos encontrar no Estudo de Impacto Ambiental realizado pela CESP, em 1994, muitas algumas conclusões bastante parciais acerca do fator de insucesso dos reassentamentos. Logo que as raízes dessas dificuldades estão basicamente assentadas na incompatibilidade da tradição dos reassentados em relação às atividades exercidas no projeto; a deficiência dos reassentados em administração rural e por fim, a descapitalização com que chegam a área de reassentamento. Com isso conclui-se que

⁴ O conceito de *habitus* como conhecimento adquirido e também um *lavor*, um capital foi retirado de Bourdieu (2000).

caso fracassem a "culpa" será inteiramente dos próprios reassentados, em vista do seu desinteresse para com a terra.

3. MOBILIDADE SOCIAL E QUESTÃO TERRITORIAL

Nesta reflexão, antes de darmos início a uma discussão sobre o conceito de *migração e território* é preciso perguntar se existe uma questão migratória no Brasil e de que forma ela se expressa.

Desta maneira, mais que falarmos em fluxos, ponto de partida e de chegada, retorno, duração, desejo individual ou determinações históricas das famílias impactadas, é imprescindível lançarmos um "olhar" sobre as ações e situações cotidianas que reproduzem relações sociais, muitas de submissão e dependência, mas contraditoriamente também relações sociais de superação, emancipação.

Por sua vez, em se admitindo a existência de uma questão migratória no Brasil, eis que temos um problema e, nesse sentido, cabe ainda resolver qual a dimensão que vamos adotar. Pois, um questionamento perpassa toda problemática, qual seja a dimensão do outro na perspectiva de sua própria análise, isto é, a leitura que, no caso da migração, o sujeito social faz de sua condição de migrante onde, na maioria das vezes, as situações de sujeitos e sujeitados confundem-se em uma trama de difícil compreensão. Assim, não raras vezes, a mobilidade pode apresentar-se como resistência como no caso dos brasiguaios que retornaram ao Brasil e conquistaram o direito de serem reassentados. Neste caso, se o problema migratório existia para o Estado, ele era na perspectiva de seus agentes, uma solução.

Assim, talvez, meio que fruto dessa dificuldade de apreensão do movimento contraditório da realidade, acabamos por privilegiar as explicações economicistas repletas de ciclos econômicos em que o papel do Estado como indutor da migração para o trabalho é fato incontestado e a articulação das áreas através do desenvolvimento *desigual combinado* uma necessidade do modo de produção. Processo que ganhou maior visibilidade à medida que foi diminuindo a capacidade de absorção desta população pelos setores da economia urbana.

Conseqüentemente, nessa perspectiva, a questão migratória é a face escamoteada do problema do trabalho. Aliada dessa primeira explicação junta-se o êxodo rural e a modernização no campo. O resultado desta equação é um território sem sujeitos, sem memória, sem resistência enfim, vazio de relações sociais, onde o deus capital subordina e engloba tudo.

A complexidade das condições de mobilidade e de imobilidade evidencia que o estudo e a definição das migrações, unicamente como deslocamento no espaço, não consegue dar conta de explicar o fenômeno. Questões como violência, liberdade, autonomia, poder, resistência, precisam ser discutidas quando analisamos a mobilidade social.

Neste âmbito indagamos: até que ponto a resistência/imobilidade, o desejo de ficar na Ilha Comprida, esperar a água chegar é fruto de uma consciência social? Não seria apenas uma questão de acomodação? A resistência e a acomodação não seriam faces de um mesmo processo⁵?

Em meio a tantas incertezas, ousamos valorizar como fonte de reflexão para o estudo da migração os relatos dos ribeirinhos de Ilha Comprida, acreditando que esses relatos não podem ser analisados como fontes individuais, como deslocamento fruto de um projeto de vida particular. Na verdade, são expressões de relações sociais, pois a mobilidade é social, a sua decisão individual é parte de uma história comum de exploração e exclusão. Não é coincidência que homens e mulheres, uns tantos com origens geográficas diferentes, encontrem-se em Ilha Comprida tendo um destino comum derivado da violência — a destruição de seu território.

Há que se registrar que existe por parte do Estado capitalista uma política energética que em última instância tem representado um desenvolvimento à custa de deslocamentos forçados. Desta forma, a compreensão dos relatos individuais não pode estar desvinculada da realidade social, do sentido coletivo da problemática, porque eles foram forçados nesta realidade que lhes deu forma e sentido.

⁵ Neste aspecto, ver: CHAUI, Marilena. *Conformismo e Resistência: Aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

Assim, pretendemos neste artigo, a partir dos relatos dos ribeirinhos de Ilha Comprida, contribuir na discussão da migração e do território sob a ótica do migrante para “[...] ousar desafiar o que há por trás da famosa liberdade de ir e vir, instaurada como conquista fundamental e um dos mitos da sociedade burguesa” (VAINER, 1996, p.05).

Conseqüentemente, o conceito de território é aquele que o considera intrinsecamente relacionado com a sociedade e sem a qual ele não existe.

O território em si, para mim, não é um conceito. Ele só se torna um conceito utilizável para a análise social quando o consideramos a partir do seu uso, a partir do momento em que o pensamos juntamente com aqueles atores que dele se utilizam [...] (SANTOS, 2000, p. 22).

Logo, para a compreensão da migração e do território, optamos por privilegiar como centro da análise os relatos dos homens e mulheres comuns como ponto de partida e retorno.

Acreditamos também, como salienta Malatian (1996), que o entrevistador participa intrinsecamente na produção do relato, portanto, não é possível a isenção, a tal objetividade de cunho positivista, principalmente no momento da transcrição do relato. Na verdade, o que ocorre é um processo interativo entre quem fala e quem ouve e pergunta, bem como uma *relação de poder*, em que o entrevistador na maioria das vezes tem posição privilegiada, pois...

É ele quem escolhe os testemunhos e portanto concede a palavra: formula questões que orientam o fluxo rememorativo e o discurso dele resultante, segundo seus interesses; transcreve o relato oral para a forma escrita; recorta seletivamente entre todas as palavras do discurso aquelas que lhe interessam e interpretam as informações fixando uma nova versão na história escrita (MALATIAN, 1996, p. 55).

O desafio que estamos nos colocando ao propor uma reflexão dos relatos dos ribeirinhos de Ilha Comprida frente ao processo de migração forçada, é o de escapar ao empirismo. Por outro lado, o desafio é também conseguir trabalhar teoricamente com essas mudanças observadas no empírico, pois “às vezes se supõe que ouvindo e transcrevendo a fala do migrante está se revelando a sua realidade profunda e a sua interpretação do problema” (MARTINS, 1988, p.06).

4. ILHA COMPRIDA: TERRITÓRIO DA RESISTÊNCIA

Ilha Comprida, área pertencente ao município de Três Lagoas, estado do Mato Grosso do Sul, apresenta um cenário quase idílico, próprio daqueles contos de literatura. Cercada pelo rio Paraná, mantém uma certa distância espacial e temporal em relação ao mundo circundante. Seus moradores, em sua grande maioria, pescadores, posseiros, meeiros, chacareiros enfim, ribeirinhos, acreditavam ter encontrado o seu lugar, o seu “pouso”. Destarte, como se o seu canto já estivesse inscrito na própria partida, chegar e ficar tornou-se a quimera destes homens e mulheres. Todavia, esse relativo isolamento começou a ser ameaçado com a construção da usina hidrelétrica Porto Primavera, pela Companhia Energética do Estado de São Paulo - CESP, no final da década de 1970.

Resistindo à idéia de abandonar seu território encontramos, neste local, 17 famílias que nos apresentaram um pouco de suas histórias de ribeirinhos, histórias por vezes individuais, mas prenhes de sentido na luta cotidiana expressas em vivências, construídas em 30, 40 anos de vida na Ilha. Observa-se na reconstituição de suas histórias de vida, através dos relatos, o sonho de garantir a reprodução de sua condição de trabalhador familiar. Eles resistem no limite geográfico – a Ilha – fazendo deste o seu território.

A possibilidade de ter que sair nos foi relatada pelos ribeirinhos como violência. O poder coercivo do Estado é explicitado e a subida das águas pela ação humana tomou contornos de migração forçada. Embora a trajetória de alguns, no passado, esteja marcada pela expulsão: da seca, do jagunço, da fome... Havia naquele momento para eles a presença

da “vontade” de sair, a contraditória esperança de dias melhores, pois o imaginário assim o é. Todavia, a possibilidade de mobilidade territorial vivenciada na Ilha Comprida produz um desenraizamento mais profano porque insiste em fazer sair quem não tem motivos para a partida, não há sequer a possibilidade do discurso do trabalho como mediador na conquista de um novo vir-a-ser, pois...

A venda da mercadoria força de trabalho será no século XXI tão promissora quanto a venda de carruagens de correio no século XX. Quem, nesta sociedade, não consegue vender sua força de trabalho é considerado “supérfluo” e é jogado no aterro sanitário social (KRISIS, 2000, p.01).

Que leitura esses homens e mulheres, os quais tiveram suas vidas desorganizadas pela eminência da perda do território, fazem da migração e do progresso acenado pelo Estado e expresso na construção da Usina Hidrelétrica?

A rememoração e a interpretação feita por D. Marli⁶ nos dão algumas pistas para a compreensão dessa problemática:

Eu acho que isso aí acaba com a natureza, como está acabando com a gente, eu acho que essa energia faz bem pra uns e piora pra outros, porque a gente não vive de energia, a gente está acostumada a viver aqui neste ambiente, nem faz questão de energia, a gente quer mesmo é a sobrevivência da gente, a gente no ambiente da gente, a energia pra nós não refresca nada, faz é piorar [...].

Migrar nestes casos é perder a terra enquanto território não no sentido de substrato, mas de relações concretas de poder, de perda da autonomia, fazendo de quem pensou ter encontrado o seu mundo, um ausente, por isso a afirmação de que a hidrelétrica “está acabando

⁶Ribeirinha moradora de Ilha Comprida/MS. Entrevista realizada no dia 25/09/1999.

com a gente”, acabar aqui sinaliza não para o sentido da morte, mas da perda da sua cotidianidade.

O fato dos ribeirinhos estarem incluídos precariamente no mundo da mercadoria, por desenvolverem uma organização quase auto-sustentável, faz deles marginais, dispensáveis, seu mundo pode ser trocado pelas águas que fornecerão energia para as fábricas produzirem postos de trabalho, mercadoria que anda em falta ultimamente. Assim, “quem hoje ainda se pergunta pelo conteúdo, sentido ou fim de seu trabalho torna-se louco – ou um fator de perturbação do funcionamento do fim em si da máquina social” (KRISIS, 1999, p.05).

Os ribeirinhos de Ilha Comprida são pessoas que trocaram as relações de contrato, aquelas mediadas pelo dinheiro, para ocuparem um pedaço de chão, produzindo e comprando apenas o necessário, para eles a energia não faz bem, para os outros sim. O que querem resumidamente dizendo “é a sobrevivência da gente”. Alguns nasceram e se criaram na Ilha, suas relações se circunscrevem aos limites deste território. daí acreditarem não saber “sobreviver lá fora não” como insiste em dizer D. Marli⁷.

Pra falar a verdade a gente não sabe sobreviver lá fora não, a gente não sabe se adapta nesse lugar aí [cidade], [...]. Cidade aqui ninguém gosta, quando fica doente tem que ir pra cidade [pausa]. O dia que vai pra fazer uma compra todo mundo fica doente.

Podemos dizer que o modo de viver dos ribeirinhos voltava-se à satisfação de suas necessidades de sobrevivência, sendo assim o seu projeto era o de auto-sustentação. Portanto, querer transformá-los em trabalhadores para o capital, é um equívoco. Ficou evidenciado, por meio dos relatos, que os ribeirinhos de Ilha Comprida apresentam um menor grau de integração na economia de mercado, com uma menor capacidade de produzir valores de troca. Com isso, possuem uma relativa autonomia em relação à sociedade como um todo. Todavia, esse mundo esta

⁷ Ribeirinha moradora de Ilha Comprida/MS. Entrevista realizada no dia 25/09/1999.

diretamente associado ao território, é imanente, sem ele não há condição de existência.

Por conseguinte, para entender migração e território é preciso considerar que migração é mais que um deslocamento no território, uma mera manifestação do desejo de ir e vir. E território é mais que um substrato material, pois na verdade, representa relações sociais projetadas no espaço concreto.

[...] Deslocamentos compulsórios, restrições à circulação nos fazem de um território que não é nem espaço abstrato da racionalidade, nem mera manifestação da estrutura; eles nos contam a história de um território que é lugar e conflito e do exercício do poder (VAINER, 1996, p. 07).

Desse modo, um território pode cessar, desaparecer, quando as relações sociais são suprimidas. Assim, para entendermos as migrações como destruição e formação do território é necessário compreendê-las como processo, em que o conflito é seu estado natural seja como luta pela unidade ou como confrontação.

Nossa reflexão aponta para a necessidade de insistirmos na diferença de projetos de vida que marcaram o (des)encontro entre o órgão empreendedor e as famílias ribeirinhas. Conseqüentemente, observamos ainda que a proposta da CESP de indenizar e deslocar as diversas categorias como os pescadores, agregados, meeiros, posseiros, mediante uma falsa possibilidade de escolha: a redenção morando em um canto qualquer da cidade, a inserção no mundo monetarizado, ou por um outro lado, o reassentamento de algumas famílias, é o ponto crítico deste embate. Desta maneira, evidencia-se que para a CESP a questão se resume na propriedade da terra e não no modo de vida, nas relações sociais que se cria como condição e produto do território. O relato do Sr. Alfredo⁸ nos fala um pouco deste modo de vida centrado na sobrevivência:

⁸ Ribeirinho morador de Ilha Comprida/MS. Entrevista realizada no dia 25/09/1999.

Mas o que nós vamos fazer com uma casa na cidade e mil metros de rede sem ter um rio para pescar, não vai virar nada, só uma cesta básica para sustentar uma família não vai dar, é melhor a gente ficar aqui dentro alongado do que ir ficar na cidade [...].

Nesses relatos pode-se perceber que para o estudo das migrações não existe um modelo, um conceito pronto e acabado que dê explicações lógicas e coerentes. Desta forma, vamos encontrar testemunhos em que a migração é entendida como sina da qual não existe fuga e, portanto, a fala tem um caráter contraditório, pois ao mesmo tempo em que referencia o lugar de morada também aceita a partida como evidencia o Sr. Alcides⁹.

Há 45 anos sou nascido aqui dentro dessa Ilha, então eu fico sem jeito porque talvez leva a gente pra um lugar que a gente não se dá (pausa) porque aqui é um bom lugar para se viver [...]. A gente não pode ficar nessa mamata assim não, um dia tinha que acabar e tem que se conformar com o que vai vir [...]. Bem, pra mim está beleza, né? Onde me ponhar eu estou indo [...].

Segundo Montenegro (1993), as experiências humanas vivenciadas e interiorizadas possuem um caráter contraditório e fragmentado que frequentemente aparece na fala daqueles que não estão preocupados em apresentar um discurso racionalizado. Alguns trechos selecionados da fala de D. Maria¹⁰, caseira do fazendeiro e moradora de Ilha Comprida nos possibilitam caminhar um pouco por esses meandros da memória.

A gente gosta do lugar, já se acostumou. 25 anos já deu pra se acostumar demais, né? E sofrer demais também (pausa) Trabalha, trabalha, trabalha, mais está no que é dos outros. Pobre sempre tá sofrendo mesmo, né? Muito sacrifício a gente

⁹ Ribeirinho morador de Ilha Comprida/MS. Entrevista realizada no dia 25/09/1999.

¹⁰ Ribeirinha moradora de Ilha Comprida/MS. Entrevista realizada no dia 09/10/1999.

já passou aqui, essa indenização é uma benção, gostaria de sair o mais rápido possível, sairia mesmo. É assim filha, a vida é só sofrimento. De muita bondade eu não tenho muita coisa pra contá não, né? (...) Foi triste a vida da gente aqui, que a gente trabalha todo o tempo para o fazendeiro e a gente acaba saindo por ruim. É isso aí, trabalhar para fazendeiro é só sofrimento, você não consegue nada na vida a não ser um bocado pra comer. Assim foi a nossa vida esses 20 e poucos anos aqui dentro, muito sofrimento, muita luta mesmo. A gente acostuma, eu até tenho dó de sair daqui, que eu acostumei parece que a minha vida ficou aqui dentro dessa ilha, né? Porque uma parte da minha vida eu vivi aqui dentro, né? Mais dizer que foi fácil não foi não, foi difícil [...].

A rememoração de D. Maria não evidencia tão somente a veracidade dos fatos, mas também as emoções, a subjetividade, a indignação de uma vida inteira de trabalho, sofrimento na terra do patrão, terra que ela sente pesar em deixar, logo que é parte de sua história, mas que não reconhece como sua, pois nela sentiu-se explorada. A terra aqui materializa no âmbito das representações, os anos de sofrimento, deixá-la pode significar também se livrar do jugo do patrão.

Por outro lado, em alguns relatos a destruição do lugar de morada e o retorno à "selva" civilizada apresentam-se nitidamente como tragédia, pois desaparece literalmente o chão onde pisam e os vínculos sociais, estabelecidos nos anos de moradia na Ilha. Partida e retorno são temerosos, sendo a inclusão marginal, precária, já tão bem conhecida naqueles olhares pensativos a contemplar as águas do rio Paraná. É desta certeza que nasce a resistência, da própria impossibilidade de entender os motivos que levaram alguns ribeirinhos a desejar a partida; da compreensão de que o Estado não pode determinar o ir e vir das pessoas. Assim, na própria fala questionadora da partida, eles vão se (re)conhecendo e a migração vai tomando sentido de deslocamento forçado, sinônimo de destruição do território como nos conta Rosângela¹¹:

¹¹ Ribeirinha moradora de Ilha Comprida/MS. Entrevista realizada no dia 10/11/1999.

Nós não temos que concordar com nada disso não, quem é que tá vendo o ponto de vista da gente, nem um deles procura a gente pra saber o que nós estamos pensando, nenhum deles chegou aqui pra perguntar o que nós estamos achando, porque seria até uma oportunidade pra gente poder falar o que está pensando, mas nunca perguntaram pra gente o que a gente acha disso, eu acho isso totalmente errado, porque eles estão tirando a gente daqui e não vem nenhum representante deles aqui pra perguntar para a gente o que a gente tá achando, o que a gente preferia, não perguntam não [...]. Eu acho que eles deviam perguntar o que nós achamos disso tudo, o que nós achamos que é melhor pra nós, porque eles estão tirando a gente do lugar que a gente gosta, do lugar que a gente escolheu pra viver, pode até ser um lugar difícil, mas é o lugar que a gente gosta, eles não vêm perguntar se a gente quer um rio, se a gente queria ir pra uma barragem de rio, se a gente quer um pedacinho de terra pra plantar ou criar um gado, ou se a gente prefere essa casa na cidade, eles não procuraram isso da gente, eles chegaram com uma proposta e foi aquilo ali e pronto, não deu opção pra ninguém escolher, não deram nenhuma oportunidade pra gente falar.

É interessante destacar que o relato de Rosângela não tem a função apenas de desabafo, ela aponta também para o paradoxo entre teoria e prática da CESP, logo que no Estudo de Impacto Ambiental realizado pela empresa, em 1994, a principal diretriz apontada para implementação do programa de aquisição de áreas é a negociação, ou seja, o diálogo com as populações atingidas.

Desta forma, o deslocamento dos ribeirinhos tem caráter mais que desenraizador, ele procura minar a contestação, ignorando as resistências e envolvendo todos no circuito da insegurança, da espera, opondo mundos diferentes e forças também desproporcionais, contrapondo o desenvolvimento da sociedade abstrata à reprodução de um grupo de famílias que tem no horizonte apenas a satisfação de suas necessidades.

A terra vista como paraíso, território do saber, do fazer, da produção, do alimento farto na mesa. Terra mãe que protege e acalenta,

A terra que é o *lugar da gente* igual e diferente em tudo o que existe. Assim, vamos percebendo que *adoro esse lugar*, frase comum nos relatos, como expomos na fala de Rosângela¹², é uma forma de comunicação que revela não só a comunhão do ser humano com a terra, mas o sentimento de pertencimento, de identidade.

Eu adoro este lugar, tenho certeza de que todos que moram aqui adoram esse lugar, a maioria das pessoas daqui da Ilha moram nela há mais de dez anos, que nem eu tenho 22 anos aqui, meu marido 32, o meu pai tem 42 anos de Ilha Comprida, os que não gostava da Ilha já abandonou ela, se nós tamos aqui é porque a gente gosta mesmo, porque enfrentar esse negócio de carona não é fácil não, só que a gente enfrenta tudo com felicidade, porque sabia que podia voltar, voltar sempre pro nosso lugar. Se tem que fazer essa barragem lá embaixo, se isso tem que funcionar, a gente sai, mas só que eles tem que caçar um lugar mais ou menos parecido com esse (pausa). Mas eles falam que a gente não tem escritura daqui, que a gente não tem nada, mas é o gadinho que a gente cria, que nem hoje a gente já tirou o leite da menina, tira pra fazer um doce, um queijo, agora eles tira a gente daqui e põe a gente num lugar onde tudo tem que comprar, onde tudo é comprado, e a gente não tem nem um emprego, eu não concordo não porque aqui está todo mundo junto. Eu acho que se a gente gosta do lugar tem mais é que brigar mesmo para ficar nele [...].

No trecho que se segue o Sr. Alfredo¹³ refere-se a terra como portadora de atributos únicos, não exclusivamente por causa de suas características físicas, mas pelos significados que ela carrega e que dizem respeito a uma temporalidade presente e passada, compartilhada e interiorizada pelas pessoas do lugar.

¹² Ribeirinha moradora de Ilha Comprida/MS. Entrevista realizada no dia 10/11/1999.

¹³ Ribeirinho morador de Ilha Comprida/MS. Entrevista realizada no dia 25/09/1999.

Pra mim um lugar igual a esse aqui vai ser difícil de encontrar, um lugar onde você pode dormir até com as portas abertas que não aparece nenhum bicho, não tem nada, é um lugar sossegado, não tem ladrão e essas coisas aí, não tem jeito não, eles nunca vão achar um lugar igual a esse, um lugar igual esse aqui vai ser difícil de achar. Nós só sai daqui se a CESP vir aqui e tirar nós [pausa].

A condição de ribeirinhos, de moradores de pouca terra ou de terra de outrem sempre inscreveu na história destes homens e mulheres o estigma da mobilidade social, da expropriação. Entrementes, apesar de seus relatos serem, na maioria dos casos, histórias rememoradas, eles conseguiram, quando foram lançados numa situação concreta de perda do território, recriá-los, transformá-los em um elo coeso de identidade capaz de mobilizá-los na busca de alternativas e de voz na definição de seus destinos. Tentando aprofundar a reflexão acerca deste enraizamento, do sentido de pertencimento a um território comum, ou seja, de uma identidade que passa pelo território e, portanto, das ações conjuntas que isso permitiu. Vejamos mais alguns trechos como o do relato do Sr. José Carlos¹⁴.

[...] Nós nunca dependemos da CESP, não é desfazendo porque ela também nunca precisou de mim, mas só que nós também temos vivido sem ela, a causa dessa inundação eu acredito que seja por ela, não é por ninguém, só por ela. Agora ela recebe a energia e os prejudicados somos nós, isso não está certo (pausa). Então já que eles fizeram a usina deles lá, que assumam, se tiver achado difícil pensaria antes, antes de acontecer, porque eles falar que não conhecia essas áreas todas, eu acho difícil, porque acho que todo mundo conhece, e se eles conduzirem essa barragem aqui, vão criar muitos problemas, porque primeiro eles tem que saber o que fazer com o pessoal, porque eles não estão sabendo fazer até agora.

¹⁴ Ribeirinho morador de Ilha Comprida/MS. Entrevista realizada no dia 25/09/1999.

O Sr. José Carlos relata suas preocupações com a construção da barragem e evidencia na sua narrativa o direito de ficar dando unidade para o nós em contraposição ao eles, ou seja, a construção da identidade de fazendo pela definição da alteridade.

Nesta mesma perspectiva segue os desejos da D. Marli¹⁵, ela primeiramente nega a saída para depois, ao aceitá-la, exigir a permanência daquilo que dá sentido ao seu mundo, as relações comunitárias vivenciadas e interiorizadas ao longo de sua história e que servirão de base para a construção de um novo território.

Olha eu gosto tanto daqui que eu nem penso [na transferência], eu faço de conta que nem está acontecendo. Olha eu acho que vou ser assim até a última hora, eu não gosto nem de pensar isso aí. Eu só sei que meu destino é ficar aqui, nem que eu tenha que morar em um barco porque eu não gosto da idéia de sair não.

Num outro momento D. Marli sentenciou:

A gente pensa em ficar junto, de preferência todos juntos. A gente [moradores de Ilha Comprida] não tem problema, todos se dão bem graças a Deus. A gente tem preferência de ficar sempre junto, e eles não tão dando preferência pra isso não, porque o boato que corre é que vai separar todo mundo, e isso já tá sendo muito difícil pra gente.

Essa contradição da mobilidade e imobilidade expressa também a própria crise do sistema capitalista onde a luta para ficar em Ilha Comprida, pode significar a resistência ao discurso do progresso. O desejo de continuarem baseados na produção familiar de subsistência, precariamente integrados no mercado, é talvez uma desconfiança por parte desses sujeitos, mesmo que intuitivamente, da própria crise do trabalho abstrato e da sociedade produtora de mercadorias, como salienta o Manifesto Contra o Trabalho do grupo Krisis.

¹⁵ Ribeirinha moradora de Ilha Comprida/MS. Entrevista realizada no dia 25/09/1999.

Não é o fim em si mesmo do trabalho e da "ocupação" que determina a vida, mas a organização da utilização sensata de possibilidades comuns, que não serão dirigidas por "mão invisível" automática, mas por uma ação social consciente. A riqueza produzida é apropriada diretamente segundo as necessidades, não segundo o "poder de compra". Junto com o trabalho, desaparece a universalidade abstrata do dinheiro, tal como aquela do Estado. Em lugar de nação separada, uma sociedade mundial que não necessita mais de fronteiras e na qual as pessoas podem se deslocar livremente e exigir em qualquer lugar o direito de permanência universal [Grifo nosso] (KRISIS, 1999, p. 24).

Procurou-se neste artigo, por meio da transcrição e interpretação dos relatos dos ribeirinhos de Ilha Comprida/MS, desvendar os significados da terra num contexto de migração forçada. A formação e a destruição do território está intrinsecamente relacionada com o processo de mobilidade social. Por conseguinte, para entendermos o território como algo fluido é necessário concebê-lo além do substrato material, na verdade, ele se define a partir de seu uso, logo é produto e condição das experiências vivenciadas e interiorizadas. No caso dos ribeirinhos foi esse sentido de pertencimento a um território comum, símbolo da terra mãe, terra sem males, que engendrou ações conjuntas de preservação de seu modo de vida e, portanto, de resistência à violência que se esconde no processo migratório.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- CESP – Usina Hidrelétrica Porto Primavera. **Estudo de Impacto Ambiental. Relatório de Impacto Ambiental**. Volume II, 1994.
- CESP - Usina Hidrelétrica Porto Primavera. **Estudo de Impacto Ambiental. Programas de Controle Ambiental**. Volume III. Julho de 1994.
- GARRIDO, Joan Del Alcázar i. As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate. In: **Revista Brasileira de História**. Memória, História, Historiografia. V. 13, set. 1992/ago. 1993.
- GRUPO KRISIS. **Manifesto Contra o Trabalho**. Tradução de Heinz Dieter Heidemann com colaboração de Cláudio Roberto Duarte. **Cadernos do Labor** – nº 02, São Paulo, 1999.
- MALATIAN, Tereza. A Circularidade do Discurso: perspectivas metodológicas da História Oral. In: **Fontes Históricas: abordagens e métodos**. Programa de pós-graduação em História, Unesp, Assis. 1996, p. 47-56.
- MARTINS, José de Souza. **A Sociabilidade do Homem Simples: Cotidiano e História na Modernidade Anômala**. São Paulo: Hucitec, 2000.
- MARTINS, José de Souza. Migrações Temporárias – Problema para Quem? In: **Travessia: Revista do Migrante**. São Paulo, nº 1, p. 05-08, Mai – Ago, 1998.
- MONTENEGRO, Antônio T. História Oral: Caminhos e Descaminhos. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo. V. 13, n.25-26, set.1992/ago.1993, p. 34-55.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana F. A. (org.) **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.
- PORTELLI, Alessandro. **O que faz a História Oral diferente**. Tradução Maria Therezinha J. Ribeiro. S/d (Mimeo).
- SAYAD, Abdelmalek. O Retorno: Elemento Constitutivo da Condição do Imigrante. **Travessia: Revista do Migrante**. São Paulo, nº especial, Jun. 2000.
- SANTOS, Milton. **Território e Sociedade: Entrevista com Milton Santos**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- SILVA, Maria A. Moraes. A terra no imaginário dos migrantes temporários. S/d (Mimeo).
- VAINER, Carlos B. A Violência Como Fator Migratório: Silêncios Teóricos e Evidências Históricas. In: **Travessia: Revista do Migrante**. São Paulo, nº 25, p. 05-09, Mai – Ago, 1996.